

CPI pode alcançar 100 parlamentares

Tarcisio Holanda

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) afirma que, se a CPI prorrogar os seus trabalhos por mais 45 dias (a partir do dia 3 de dezembro), o resultado dos seus trabalhos será "extra-

ordinário, servindo de ponto de partida para uma mudança congressual". Afinal, o número de parlamentares envolvidos pode passar de cem. Ele acha que a CPI ficará sem dúvida com um volume considerável de provas comprometedoras que poderia provocar "uma implosão da própria instituição".

Da posição que ocupa na CPI e com a experiência investigatória que acumulou na profissão de magistrado, Bisol diz que existem três tipos de parlamentares: o comprometido, que lutou pelo enriquecimento ilícito; o que não estava interessado no enriquecimento, mas com a complicidade que sentiu necessária à sua carreira; e o comprometido mesmo e o terceiro tipo de parlamentar, ou seja, aquele que se mantém a uma distância salvadora e se protege, pois é marginalizado.

Bisol acredita que, nos dois primeiros casos, existem uns cem parlamentares.

"No primeiro caso, são responsáveis, por atestado ao decorrer parlamentar o delito de natureza penal. No segundo caso, muitos atentaram contra o decoro e fizeram aí, porque a complicidade com o crime é maior do que falta de decretos", explica Bisol.

O senador confessou ter recebido da possibilidade de que a investigação se aprofundasse tanto "que possa chegar a um momento em



José Paulo Bisol: volume de provas com que a CPI ficará ameaça até "uma implosão" do Legislativo

Bisol critica complacência com acusados

A CPI que apura os escândalos do Orçamento, segundo o senador José Paulo Bisol, "está sendo feita, mas dentro dos limites congeados, que nascem de seu caráter parlamentar e da interconexão de atividades dos mandados de prisão e da interpretação que também têm participação dos investigados".

Há uma dificuldade específica, porque se trata de uma auto-investigação — nota Bisol — e em razão disso os trabalhos sofreram, com muita frequência, várias perturbações, por que os próprios parlamentares querem saber o que há sobre eles". Outra dificuldade, para ele, é que a presiden-

tialista na Comissão de Orçamento foi possível graças a ele. Bisol acha que esse sistema de compreensão institucional é, em grande parte, que a CPI esteja sendo investigada na CPI. Ele acha que o grupo do Orçamento de fato leva a nova lei eleitoral e, particularmente, uma vez que, por que abriu a possibilidade de legitimação do processo de que eles instauraram aquela outra. Ele processou, segundo Bisol, "e tão forte que acabou envolvendo até o homem terminado que acabou sendo relações de lentes perversas".

"Vamos mudar tudo, incluindo

talatam na Comissão de Orçamento foi possível graças a ele.

Bisol acha que esse sistema de compreensão institucional é, em grande parte, que a CPI esteja sendo investigada na CPI. Ele acha que o grupo do Orçamento de fato leva a nova lei eleitoral e, particularmente, uma vez que, por que abriu a possibilidade de legitimação do processo de que eles instauraram aquela outra. Ele processou, segundo Bisol, "e tão forte que acabou envolvendo até o homem terminado que acabou sendo relações de lentes perversas".

O senador ganhou identificação direta entre Congresso e o clero

Entrevista com Bisol foi publicada domingo pelo CORREIO

Bisol antecipou para o CORREIO

A hipótese de que a CPI do Orçamento possa atingir até cem parlamentares foi divulgada em primeira mão pelo CORREIO BRAZILIENSE na edição de domingo último, ao publicar uma entrevista com o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da Subcomissão de Patrimônio da CPI. Na entrevista, o senador falava do seu temor sobre o que poderá acontecer se a CPI chegar de fato a um número expressivo de parlamentares.

Bisol admitia que, se fosse confirmada a prorrogação do prazo dos trabalhos por mais 45 dias e a CPI decidisse aprofundar as investigações, seria possível chegar a um número tão expressivo de provas e de envolvidos que poderia resultar na implosão da comissão e do próprio Congresso. O senador fez essa revelação de posse das 18 caixas de documentos apreendidas pela Polícia Federal na sede do escritório da empresa Norberto Odebrecht, em Brasília, admitindo que a documentação poderia abrir novas linhas de investigação, especialmente se houvesse a colaboração da Polícia Federal.

O senador reconhecia, entre-

tanto, uma dificuldade se a CPI efetivamente chegar a um número expressivo de parlamentares envolvidos em casos de corrupção: a aprovação das cassações pelo plenário das duas casas, em face do corporativismo existente entre os parlamentares. Com isso, ele dizia acreditar que o Congresso caminharia para um dilema, correndo o risco de cassar um número mínimo de parlamentares, o que poderia causar uma grande frustração na sociedade brasileira.

Diante desse impasse, seu receio é o de que ocorra uma coisa muito comum no Brasil, onde é muito difícil "fazer-se um pacto em defesa de algo positivo". Segundo ele, com o envolvimento de um número muito elevado de parlamentares, "é possível que a élite passe a defender um encerramento precipitado do caso, para que o Congresso possa levar a cabo a revisão constitucional".

Bisol lembrava que a sociedade precisa entender que a corrupção investigada hoje pelo Congresso é inerente ao tipo de cultura política que o País está desenvolvendo. E a transformação, na sua opinião, não acontecerá de um dia para outro. Por isso ele encarava como promissora para o Brasil a atuação da CPI, "na medida em que se possa contribuir, de fato, para que tenhamos um País realmente digno de sua grandeza".